



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

OFÍCIO Nº 15146/2025-22

Jaguariúna, na data da assinatura digital.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

Assunto: Requerimento nº 366/2025, de autoria do(a) Ilustríssimo(a) Vereador(a) Ana Paula Espina

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao Requerimento em epígrafe e obediência ao art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como ao art. 63, XIV, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, a Secretaria Municipal de Saúde informa que a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Convênio nº 001/2024, instituída pela Portaria nº 176/2025, vem realizando acompanhamento sistemático da execução dos serviços prestados pela Associação Beneficente Cisne, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Plano de Trabalho do referido convênio.

Entre as principais ações desenvolvidas pela Comissão, destacam-se:

1. Análise técnica das prestações de contas bimestrais, verificando a conformidade entre os valores repassados e as metas pactuadas no Plano de Trabalho.
2. Visitas in loco às unidades sob responsabilidade da entidade conveniada, com registro em relatórios circunstanciados, avaliando o cumprimento das metas assistenciais e a qualidade dos serviços prestados.
3. Emissão de pareceres técnicos e financeiros a cada ciclo de prestação de contas, com apontamentos e recomendações de adequação, quando identificadas inconsistências ou descumprimentos parciais.
4. Notificações formais à entidade, determinando prazos para correção de falhas e envio de documentos complementares.
5. Encaminhamento dos relatórios à Secretaria Municipal de Saúde e à Controladoria Geral Municipal, para análise e eventuais providências administrativas.
6. Recomendações de medidas corretivas, incluindo a possibilidade de aplicação de sanções previstas no convênio, como suspensão de repasses ou rescisão contratual, caso persista o descumprimento das obrigações.

Ressalta-se que, até o presente momento, as irregularidades verificadas estão sendo tratadas dentro do rito administrativo, com acompanhamento contínuo e adoção de medidas corretivas e preventivas, em observância aos princípios da legalidade, da economicidade e da continuidade do serviço público.

O bloqueio de repasses, como sugerido no requerimento, somente poderá ser efetivado

mediante comprovação de descumprimento grave e reiterado, após o devido processo administrativo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Termo de Convênio vigente.

Assim, a Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Comissão de Fiscalização, permanece empenhada em assegurar a plena execução dos serviços contratualizados, a adequada aplicação dos recursos públicos e a garantia da continuidade do atendimento à população

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

DAVID HILARIO NETO
Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 16/10/2025, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0513909** e o código CRC **A4762951**.